

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 09 - Cruz das Almas (BA) - 28 de Maio de 2015 - www.apur.org.br

29/05



DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO E MANIFESTAÇÕES

CONTRA O PL DA TERCEIRIZAÇÃO, MEDIDAS PROVISÓRIAS 664 E 665 E O AJUSTE FISCAL
EM DEFESA DOS DIREITOS E DA DEMOCRACIA



Mobilização 29 de maio

A situação é grave!

Os cortes no orçamento nacional já provocam dificuldades nos serviços públicos e na UFRB. Nesta segunda (25), a reitoria da UFRB apresentou o seu primeiro contingenciamento, que prevê redução de despesas cotidianas e com contratos de servidores terceirizados.

Por isso, convocamos todos/as para fortalecermos a luta em defesa dos direitos e da democracia; participando do Dia Nacional de Paralisação e Mobilizações, organizado pelas Centrais Sindicais em todo país, contra o PL 4330 (das terceirizações), e contra a política econômica do governo federal, que, por meio do Plano Levy, restringe direitos e diminui conquistas dos trabalhadores/as para fazer superávit fiscal para pagamento de juros da dívida.

Ajude a divulgar! Participe!

Dia 29 de maio (sexta), às 14:00, no CFP/ UFRB, sala a confirmar



CONSUNI DISCUTE SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



O Conselho Universitário (CONSUNI) se reuniu nessa segunda-feira (25) para a apresentação da situação orçamentária e financeira 2015 da UFRB. Logo ao dar início à reunião extraordinária, o Reitor em exercício, Sílvio Soglia, explicou que a UFRB, assim como inúmeras universidades em todo o país, vive uma situação ainda mais profunda de contingenciamento de recursos orçamentários. Em seguida, Sílvio Soglia passou a palavra para o Pró-reitor de Planejamento, Geovane dos Santos, para que este apresentasse em números a situação da universidade. Em resumo, foi colocado que a UFRB tem um déficit total de R\$ 9.706.743,93.

Diante da situação, foi sugerida uma proposta para adequação. Nela consta redução em diárias e passagens; despesas com estagiários; contratação de serviços pessoa física; material de consumo; auxílio moradia (não no caso dos estudantes); ações da Reitoria e Pró-Reitorias; redução de despesas com contratos; redução de despesas correntes em 20% (energia, água, correio, combustível). O Reitor afirmou que a UFRB vai lutar para conseguir a conversão de capital em custeio, caso isso não seja possível, em último caso, terá que ser feita uma redução de mão de obra terceirizada.

Quando o debate foi aberto, o representante dos docentes, David Teixeira, colocou a necessidade da universidade se mobilizar para conseguir os recursos necessários para o bom funcionamento da UFRB. O docente se mostrou bastante preocupado com os possíveis cortes que a universidade vai ter que enfrentar, principalmente nas áreas de matérias e dos terceirizados: “Nos coloca numa situação de mais fragilidade nas atividades de ensino, extensão e pesquisa. A gente já trabalha com um déficit de terceirizados, e temos a possibilidade de cortar ainda mais”, ponderou David.



O diretor do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), professor Danilo Barata, expôs sua preocupação em relação à criação de mais dois novos centros, diante da situação orçamentária da UFRB. O professor deixou claro que a criação de novos centros pode sim ser uma boa notícia, mas também pode trazer sérios problemas; lembrando bem que os novos centros da UFRB sofrem com a falta de pessoas terceirizadas. O CECULT, por exemplo, só conta com um motorista e uma pessoa para limpeza.

Já a representante dos discentes, Alanie Ramos, manifestou seu receio de que os cortes nas Pró-Reitorias possam significar para os estudantes. Respondendo a essa inquietação, Sílvio Soglia garantiu que esses cortes não afetarão nenhum auxílio aos estudantes. Tais reduções se referem, por exemplo, em participações dos servidores dessas Pró-Reitorias em eventos.

Quanto à possível implementação de novos centros, o Reitor afirmou que isso só ocorrerá se o Ministério da Educação (MEC) garantir novos recursos. Sílvio Soglia também informou que nos dias 5 e 6 de junho estará no MEC para apresentar a situação e reivindicar uma solução.

Procurado para falar sobre a discussão no CONSUNI, o presidente da APUR, Antonio Eduardo Oliveira, colocou que “é preciso organizar uma ampla divulgação e esclarecimento da grave situação da UFRB, no contexto nacional de cortes no orçamento. A APUR realizará, através do site, boletim e reuniões, uma intensa campanha de mobilização contra os cortes no orçamento das universidades públicas, em especial na UFRB”.

CORTES NA UFRB



Meus cumprimentos a todos/as,

Como as reuniões do CONSUNI ainda não são gravadas e nem acontece transmissão simultânea da mesma, nós da representação docente faremos o esforço de compartilhar nossos relatos até que a instituição viabilize meios de publicação das reuniões do seu conselho superior, como já acontece em outras universidades.

Na segunda-feira (25), aconteceu reunião extraordinária do CONSUNI da UFRB, que tratou da seguinte pauta: 1) Apresentação ao Conselho Universitário da Situação Orçamentária e Financeira da UFRB para o ano de 2015, em face da conjuntura nacional; 2) Alterações no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa na UFRB.

Por sugestão da presidência do CONSUNI, que foi acatada pelos/as conselheiros/as, foi feita uma inversão da pauta, uma vez que o ponto 2 tratava apenas de ajustes formais e seria de rápida discussão, como foi de fato. Após a aprovação do Regimento, o presidente do Conselho, juntamente com o Pró-reitor de Planejamento, fez uma exposição sobre a situação orçamentária da UFRB.

Da exposição destaco os seguintes pontos:

1. A UFRB teve no ano de 2014 um déficit de R\$ 9 milhões que foram quitados com recursos do exercício de 2015, este déficit é o responsável pelo contingenciamento apresentado na reunião. Outro dado importante é que, no ano de 2014, R\$ 32 milhões não foram executados por conta do contingenciamento, o que afetou principalmente os projetos e programas. Caso o mesmo fosse executado, o déficit poderia chegar a R\$ 41 milhões;

2. Os cortes na UFRB ainda não possuem nenhuma relação com o corte de 9 bilhões no MEC sancionado na última semana – Isto é importante para sabermos que novos cortes deverão acontecer para atender novo contingenciamento, o MEC ainda não apresentou os impactos no financiamento das IFE;

3. Até agora, a UFRB continua recebendo ainda 1/12 por mês referente ao orçamento previsto para este ano, o que ocasiona limites nas execuções orçamentárias;

4. Os cortes já estão sendo implementados desde o início do ano, eles se concentram nas despesas com diárias e passagens, redução de auxílio moradia para docentes da administração, energia, água, combustível, telefone. Segundo o reitor em exercício, estas despesas estão sendo pagas com atraso, mas estão sendo pagas. A intenção é reduzir

20% destas despesas. Sobre as diárias e passagens, foi destacada a prioridade das atividades de ensino, e foi informado que o processo de solicitação está centralizado, por enquanto, na administração central, mas que, após reunião com os diretores, este processo será descentralizado, cabendo a cada Centro discutir os critérios de uso;

5. CORTE DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO – conforme anunciado, caso não haja nenhum incremento financeiro novo, até o mês de julho a administração indica o corte de 25% nos contratos. Este foi um ponto de maior debate, uma vez que a UFRB já possui um déficit de trabalhadores/as terceirizados, principalmente nos novos Centros de Ensino (CECULT, CETENS), questão ressaltada pelo diretor do CECULT. Diante disso, o reitor em exercício apontou que haverá a necessidade de um novo planejamento no número de terceirizados por Centro de Ensino, no intuito de fazer um ajuste mais adequado entre os Centros. Ou seja, além da redução dos contratos, será feita a redução de terceirizados em alguns Centros para serem remanejados para os novos que estão deficitários. Será promovido, certamente, desemprego significativo, e nós sabemos os impactos destas possíveis demissões nas cidades do Recôncavo. Foi apontada, pela representante dos servidores técnico-administrativos, a necessidade de convocação dos aprovados no último concurso, em torno de 80, o que diminuiria a necessidade de terceirizados e bolsistas nas atividades fins;

6. CRIAÇÃO DE NOVOS CENTROS – foi discutida também a importância de apresentar de forma explícita às comunidades envolvidas os limites atuais de implantação de novos Centros de Ensino da UFRB diante deste quadro de crise. O reitor em exercício destacou que só serão criados novos Centros de Ensino caso neste período o MEC faça repasses novos, fora de previsão atual, para atendimento destas demandas. Foi também encaminhado reunião com a comissão responsável;

7. O reitor informou que estará indo a Brasília para tratar deste assunto e em seu retorno convocará uma nova reunião do CONSUNI.

A situação é séria, considero importante neste momento que toda comunidade, nas suas instâncias representativas, discutam a situação da UFRB e do seu funcionamento a fim de mobilizar para pressionar a reversão dos cortes e para a mudança da política econômica do governo federal representada no Plano Levy, responsável por este contingenciamento que implica no rebaixamento da qualidade do serviço público e da universidade pública.

Assim que for disponibilizado o arquivo da apresentação da reitoria, socializarei com todos/as. São essas minhas principais considerações.

Amargosa, 26 de maio de 2015

David Romão Teixeira – Representante Docente no CONSUNI

MEC NEGA ACORDO DE 2014 E NÃO RESPONDE À PAUTA DOCENTE



Na última sexta-feira (22), o Sindicato Nacional dos docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) se reuniu com o Ministério da Educação (MEC) para debater a pauta de reivindicação dos docentes federais. Na reunião, o MEC teria afirmado que o acordo firmado em 23 de abril de 2014 sobre os conceitos da carreira não é válido. Além disso, teria colocado que o corte na educação deve ser de R\$9 bilhões, bem como que não sabe qual será o impacto para as universidades e institutos federais.

A reunião foi iniciada com a apresentação da pauta do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pela 1ª vice-presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira. A pauta está dividida em cinco eixos: defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Marinalva ainda lembrou o acordo que o MEC havia assinado no ano passado sobre conceitos iniciais de carreira, mas que depois disso não houve nenhuma reunião.

Nas palavras da 1ª vice-presidente: “Nesse meio tempo, realizamos Congresso, Conads, e diversas reuniões do Setor das IFES. Estamos há um ano e um mês esperando respostas do MEC. Queremos que o processo negocial seja retomado a partir do acordo assinado em abril de 2014, e que esses conceitos acordados sejam agora transformados em critérios objetivos”.

Marinalva ainda questionou os representantes do MEC acerca dos cortes orçamentários que o governo anunciaria na própria sexta-feira, e quais seriam os impactos nas universidades e institutos federais.

Em resposta, o ministro da educação em exercício, Luiz Cláudio Costa, disse que nenhum secretário do MEC pode assinar acordo sem a aprovação do resto do ministério, e também colocou a impossibilidade de se começar a negociação a partir do acordo firmado em abril de 2014, pois, segundo ele, Paulo Speller, então secretário da Sesu, não teria autonomia para assinar o acordo. No que se refere aos cortes, ele afirmou que a educação deve ser afetada com uma redução de aproximadamente R\$9 bilhões, porém o orçamento ficaria acima do mínimo constitucional. Mesmo com os cortes, de acordo a Costa, o governo ainda quer consolidar a expansão de universidades e institutos federais.



Costa ainda colocou que o anúncio da greve ocasionou um desconforto no MEC, pois, em suas palavras, um novo governo teria acabado de assumir, sendo assim, não se deveria considerar a falta de negociação do governo passado. Respondendo ao ministro em exercício, as diretoras do ANDES-SN disseram que esta não é a análise da base do sindicato, demonstrada nas assembleias docentes. Isso porque a categoria espera a resposta do MEC há mais de um ano, e que foi o governo quem rompeu unilateralmente a negociação sem justificativa alguma.

Fazendo uma avaliação da reunião, Cláudia March, secretária-geral do ANDES-SN, teria afirmado que: “Apesar de termos aguardado um ano e um mês, nós tivemos poucos elementos concretos na reunião do que vão nos apresentar enquanto contraproposta. Houve apenas um comprometimento de estudo da pauta por parte do secretário da Sesu, e uma agenda que só virá em junho, sem data prevista”.

A secretária do ANDES-SN também criticou a postura do MEC sobre os cortes no orçamento. Segundo ela, estão cientes que ocorreu uma séria de problemas nas universidades por conta de questões orçamentárias, em 2014 e em 2015. Mas que a posição do MEC é pouca clara sobre a questão se vai ou não garantir o financiamento das universidades e institutos.

Finalizando sua avaliação, Cláudia March teria dito que: “A segunda questão que nos preocupou, e muito, foi que o ministro em exercício, pela primeira vez, depois de um ano e um mês, expressou claramente a posição de que aqueles pontos acordados não serão ponto de partida para retomar a negociação sobre carreira. Para nós, é muito preocupante, porque houve um debate sobre esses pontos, um comprometimento do ministério, e uma expectativa do conjunto da categoria docente, que viveu nesses três anos os impactos negativos da desestruturação da carreira e vê esse tema como central”.

Estiveram presentes na reunião, pelo ANDES-SN, Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente, Cláudia March, secretária-geral, e Walcyr de Oliveira, 3º tesoureiro; pelo MEC, Jesualdo Farias, Secretário de Ensino Superior (Sesu) e, em parte da discussão, Luiz Cláudio Costa, secretário-executivo e ministro da educação em exercício.

FÓRUM DAS ADS DIVULGA NOTA DESMENTINDO INFORMAÇÕES DO GOVERNO

Parece que a greve nas Universidades Estaduais da Bahia não tem mesmo data para terminar. Mostrando, mais uma vez, o descaso pela educação e desrespeito pela luta docente, o governo do Estado, segundo informações de uma nota publicada pelo Fórum das ADs nessa terça-feira(26), divulgou informações incompletas e enviesadas.

Segundo a nota, por trás do selo do programa estadual “Um Pacto Pela Educação”, que na verdade esconde o projeto governamental de terceirização, bolsificação e privatização indireta da Educação Pública, a “Carta da SEC e SAEB aos professores universitários”, enviada para o e-mail de cada um dos professores das Universidades Estaduais da Bahia, na verdade, nada mais faz que tentar “dourar a (des)proposta apresentada pelo governo na reunião do dia 20/5/2015”.

A nota do Fórum das ADs explica que no que tange à proposta de alteração na “estrutura de cargos para assegurar o fluxo e maior quantidade de promoções”, a resposta do governo é remanejar vagas entre classes, sem mudança do número total de vagas no quadro, isso desde que não ocorra “comprometimento do equilíbrio orçamentário”. Todavia, essa não é a reivindicação do Movimento Docente, que, na verdade, defende o respeito aos direitos trabalhistas por meio da desvinculação vagas-classes, bem como a ampliação do quadro docente. Pela proposta que foi apresentada pelo governo, seria permitida a “redistribuição de até 20 vagas por Universidade”. Para o Fórum, essa é uma estratégia imoral, pois “tenta criar um clima de divisionismo na categoria, e sequer dará conta da atual demanda de direitos retidos, o que dizer da futura”.

Sobre o pagamento das promoções e progressões que estariam na SAEB, a serem incorporadas na folha de maio, a nota deixa claro que isso só ocorreu depois da deflagração da greve docente. Foi o movimento grevista que forçou o governo a liberar direitos que estavam retidos. De qualquer forma, a liberação está limitada, para



promoções, pelo quadro de vagas. Sobre as progressões, o Movimento Docente relata o descumprimento do Estatuto do Magistério Superior, pois, segundo este, tal direito não depende do quadro de vagas e nem de dotação orçamentária. Sendo assim, as progressões deveriam ser automáticas.

A nota ainda rebate o argumento do aumento de 10,3% no orçamento geral das universidades, que seria apenas uma manobra do governo para não ser responsabilizado pela redução da rubrica de custeio e investimento, uma redução que totaliza R\$ 19 milhões em dois anos. Nesse ponto, o Fórum das ADs destaca que tal “aumento” leva em consideração a folha de pagamento de pessoal que, além do crescimento natural das universidades, por lei, não poder ser reduzida. Além disso, deve garantir minimamente a reposição integral da inflação.

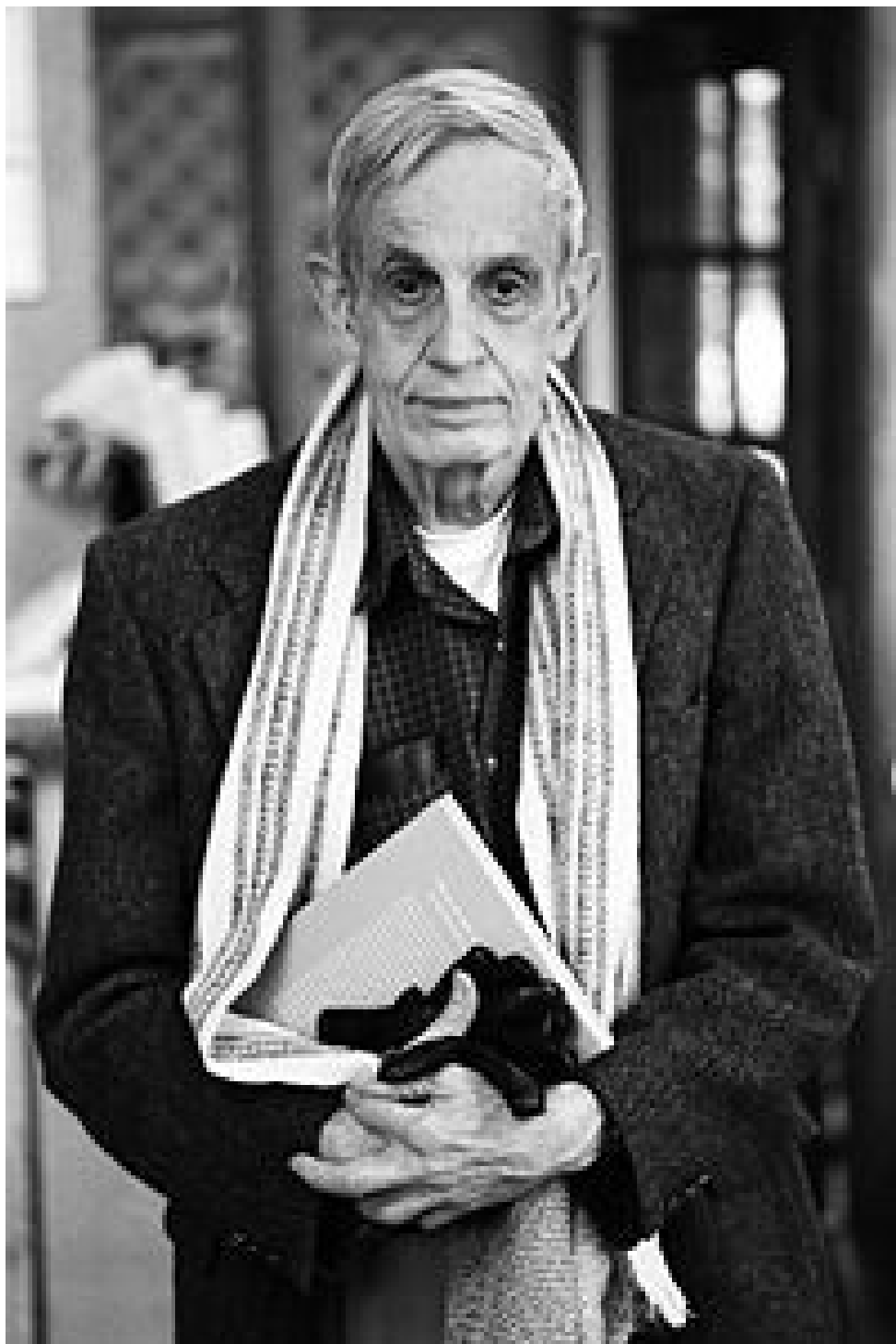
O último ponto denunciado pela nota do Fórum das ADs se refere à proposta de minuta de revogação da Lei 7176/97, que teria sido apresentada pelo governo no dia 20 deste mês. Segundo a nota, a minuta deve ser analisada com cautela, pois não seria possível afirmar que esta “amplia a autonomia das Universidades”. Por isso, já estaria em andamento um processo de análise e debate da minuta em todas as ADs.

O Fórum finaliza o documento reiterando sua insatisfação com o discurso do Governo que, em suas palavras, “tenta ludibriar a categoria e nega-se a avançar em nossa pauta, especialmente, no que diz respeito ao aumento no orçamento e à garantia dos direitos trabalhistas”.

JOHN NASH (1928-2015)

No último sábado (23), o mundo perdeu um de seus gênios da matemática, “a mente brilhante” John Forbes Nash Jr. O matemático morreu aos 86 anos em um acidente de carro. O acidente também vitimou Alicia Nash, 82 anos, esposa deste. No decorrer de sua trajetória, Nash trabalhou com teoria dos jogos, geometria diferencial e equações diferenciais parciais. Ganhou o prêmio Nobel em economia em 1994, e foi pesquisador sênior de matemática na Universidade de Princeton, uma das mais renomadas universidades dos Estados Unidos. O matemático ficou conhecido após ter sua vida retratada no premiado filme “Uma mente brilhante”, que foi baseado no livro-biográfico de mesmo nome, que mostra o gênio da matemática e também conta a luta de Nash contra a esquizofrenia. John Nash nasceu em Nova Jérsei em 13 de junho de 1928.

“Eu sempre acreditei em números. Nas equações de lógica que levam à razão. Mas depois de uma vida de pesquisa, eu digo, qual é a lógica? Quem decide a razão?”.



John Nash

